

Conferência dos Estados Partes deve parar com o sigilo e tirar das sombras 100 bilhões de dólares de comércio

Ativistas demanda que Estados parem de violar o Tratado sobre Comércio de Armas ao vender armas letais que são utilizadas contra civis em atos que revelam “o pior tipo de hipocrisia”

GENEBRA: Segundo ativistas, é necessário que a Segunda Conferência dos Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas (TCA), que ocorre nesta semana, realize progresso real de responsabilização dos governos, ao introduzir a obrigação de que eles publiquem relatórios em respeito às transferências internacionais de armas.

Representantes de 87 Estados Partes e 46 signatários do Tratado, incluindo os principais países exportadores de armas, vão se encontrar nesta semana (22 a 26 de agosto) para tomarem decisões práticas sobre como o TCA, que entrou em vigor em dezembro de 2014 e é o primeiro a regulamentar o comércio mundial de armas de 100 bilhões de dólares, será implementado.

Vários Estados Partes, incluindo o Reino Unido, Alemanha, França e o signatário Estados Unidos que ainda não é parte do Tratado e menosprezam a norma internacional em vigência ao vender bilhões de dólares em armas letais à Arábia Saudita, que acabam sendo utilizadas contra civis no Iêmen.

Ativistas dizem que maior transparência nos relatórios sobre as transferências de armas será essencial para acabar com as violações ao Tratado. Eles incitam ao Embaixador Emmanuel Imohe, o Presidente da Conferência dos Estados Partes (CEP), a abordar veementemente nas discussões dessa semana sobre os relatórios e pressionar os Estados a concordarem que todos esses relatórios devem ser públicos.

Os ativistas demandam, ainda, que os Estados Partes incluam na agenda de discussões a grave situação que acontece atualmente no Iêmen, de modo que sejam feitos compromissos para que se coloque um fim imediato na transferência de armas para a Arábia Saudita e seus aliados, uma vez que há um grande risco de que estas acabem sendo usadas no Iêmen.

A Diretora da *Control Arms* – Anna Macdonald – disse que “o TCA está em vigor por quase dois anos, mas alguns Estados Partes estão o violando com impunidade. Todos os dias podemos ver o impacto devastador da venda de armas e munições para o uso contra civis no Iêmen”.

“Uma vez ratificado o TCA, os Estados concordam em reduzir o sofrimento humano através de novas regras globais para o comércio de armas, a qual proíbe a transferência de armas que violam o direito humanitário, mas alguns debilitam esse compromisso por atos que são pior tipo de hipocrisia. Isso precisa parar.

“A melhor maneira para os Estados se responsabilizarem mais e de assegurem de que as transferências não sejam mais feitas é tornando todos seus relatórios públicos. A produção de relatórios completos e abertos ao público é essencial para a implementação bem-sucedida do tratado e é a única forma de trazer à luz a verdadeira face do comércio de armas”.

Na primeira Conferência dos Estados Partes, de Cancún México), os Estados Partes não conseguiram decidir se os relatórios deveriam se tornar públicos, esquivando-se

da questão da transparência. Esse ano a *Control Arms* exigirá que o modelo de relatórios proposto seja mais detalhado e abrangente, fazendo com que os relatórios de todas as futuras transferências de armas e munições sejam abertos e transparentes.

Alain Bovard, assessor de políticas de direitos humanos suíça da Anistia Internacional, “é absolutamente crítico que a implementação efetiva do TCA, feito para proteger os direitos humanos, tenha os relatórios anuais dos Estados sobre as exportações e importações de armas sejam publicados sem demora na Internet.

“Se parlamentos, a mídia e sociedade civil não podem ver os relatórios anuais sobre as exportações e importações, não poderão discernir se os governos estão agindo para se prevenir de condutas irresponsáveis”.

A população civil do Iêmen não é a única a sofrer os efeitos devastadores da manutenção do tráfico ilícito de armas. Essas armas continuam a percorrer para áreas de conflito em todo o mundo – da Síria ao Sudão do Sul – mesmo o Tratado tendo entrado em vigor.

O Tratado prevê a avaliação de todas as transferências de armas com base em critérios rigorosos, incluindo o risco de as armas serem usadas para cometer violações de direitos humanos ou crimes de guerra, ou, ainda, o risco de serem desviadas para as mãos de terroristas e outros atos criminosos. O Tratado afirma que, se houver algum risco considerável de que as transferências violarão qualquer um desses critérios, elas não poderão ser autorizadas.

George L. Duke, diretor da Rede de Ação do Sudão do Sul sobre armas pequenas (RASSAP), disse: “O meu país foi devastado por anos de uma guerra civil sangrenta. As transferências de armas para o Sudão do Sul vêm sido repetidamente autorizadas pelos governos para fomentar ainda mais essa violência”.

“Muitas vidas foram perdidas, muitos futuros foram destruídos e as esperanças de uma nação inteira são mantidas reféns da violência armada. Ao parar a transferência irresponsável de armas para o meu país, o TCA oferece a oportunidade de construir um futuro melhor para todas as pessoas do Sudão do Sul.

“O TCA não é apenas um pedaço de papel, ele tem o potencial de salvar vidas. Eu espero que os diplomatas reunidos aqui em Genebra ajam responsabilmente e não joguem fora a chance de garantir que esse tratado faça uma diferença real”.

Nota aos editores:

1. Os porta-vozes estão disponíveis para entrevistas, incluindo a Diretora do Controle de Armas, Anna Macdonald (em Inglês), a Anistia Internacional (Suíça), e o conselheiro de políticas Alain Bovard (em francês). Para agendar entrevistas, contate:

- **Zahra Akkerhuys**, através do email: media@controlarms.org

Representantes adicionais da coalizão presente em Genebra também estarão disponíveis para entrevistas em francês e em espanhol.

2. No início do ano, o Projeto de Monitoramento do TCA da Coalizão da *Control Arms* divulgou um relatório indicando a França, Alemanha, Itália, Montenegro, Holanda, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e os Estados Unidos como tendo licenciado a venda de armas para a Arábia Saudita em 2015, no valor de 25 bilhões de dólares. Entre as armas vendidas, estavam *drones*, bombas, torpedos, foguetes e mísseis.
Esses são os tipos de armas que estão atualmente sendo usadas pela Arábia Saudita para crimes de guerra e graves violações de direitos humanos durante ataques aéreos e terrestres no Iêmen. As violações também estão sendo cometidas pelo grupo *Houthis*, que capturaram e adquiriram as armas através de desvios de rota, embora o relatório não tenha se focado nessa questão devido à falta de dados confiáveis.
Para ver o relatório completo (em inglês), visite: <http://armstreatymonitor.org/current/dealing-in-double-standards-how-arms-sales-to-saudi-arabia-are-causing-human-suffering-in-yemen/>
3. A Coalizão da *Control Arms* é uma organização não-governamental (ONG) de sociedade civil global que faz campanha para impor controles rígidos sobre o comércio internacional de armas. A *Control Arms* representa organizações que trabalham em mais de 120 países. Dentre elas, estão incluídas as principais ONGs internacionais, como a *Oxfam*, a Anistia Internacional, e a *Saferworld*, além das várias organizações de nível regional e nacional.
4. Quase 2000 pessoas são mortas todos os dias no mundo, vítimas de violência armada, e mais milhões delas vivem com medo de serem violentadas, agredidas ou deslocadas à força, porque essas armas caíram nas mãos erradas.
5. Para conhecer a lista completa dos Estados Partes e dos signatários do TCA, clique aqui: <http://controlarms.org/en/universalization-tracker/>